

CICLO DE DIÁLOGOS REGIONAIS EL NIÑO 2026/2027

RELATÓRIO ETAPA PRESENCIAL – PORTO ALEGRE RS

Identificação e Contexto

Data: 09/09/2026, quarta-feira

Horário: das 13h30 às 19h

Local: Prédio do Governo Federal, Av. Loureiro da Silva 445, auditório 11º andar.

Organização e condução: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), pela Secretaria Nacional de Diálogos Sociais com apoio da Secretaria Nacional de Participação Social.

Objetivo: promover a escuta territorial e fortalecer o controle social das ações governamentais, integrando representações do governo federal e da sociedade civil na preparação e mitigação dos impactos climáticos decorrentes do fenômeno El Niño previsto para o período 2026/2027, e das mudanças climáticas.

Público participante: 100 pessoas.

Entes de governo participantes: CEMADEN/MCTI, Secretaria Nacional de Periferias (Ministério das Cidades), Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDA, O Ministério da Igualdade Racial – MIR, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar MDA, o MPI / FUNAI, o MMA / ICMBio / IBAMA e CONAB.

Entidades e movimentos sociais presentes: MTST, FGEPS-RS, MNLM, MAB, CMP Laboratório de Vulnerabilidades, Riscos e Sociedade (FEEVALE), Cozinha Solidária CETEP II, Cáritas RS, AGAPAN, Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Preserva Zona Sul, SINDISERF/RS, BONANZA, Comitê PCTs Pampa, LAVURS (Laboratório de Vulnerabilidades, Riscos e Sociedade), Cozinha Solidária CETEP II.

Foi realizado em Porto Alegre RS, em 09 de setembro de 2026, o sétimo encontro dos Diálogos Regionais sobre o El Niño 2026/2027, encerrando o ciclo de debates. Realizada no Prédio do Governo em Porto Alegre, a atividade reuniu representantes do governo federal, da universidade, de movimentos sociais e de povos indígenas para debater os riscos do fenômeno climático na região e ouvir, diretamente das comunidades, quais são as prioridades locais diante dos impactos associadas ao El Niño.

Abertura e Diagnóstico técnico

A mesa de abertura reuniu representantes do governo federal. A Secretária Nacional de Participação Social da SG/PR Isadora Brito abriu a reunião, saudando os presentes e explicou sobre o andamento dos trabalhos e metodologia das atividades. José Marengo (CEMADEN/MCTI) apresentou as ferramentas de monitoramento e a metodologia de

análise de dados sobre o El Niño, seus possíveis impactos na região sul, especialmente sobre ondas de calor e sobre os recursos hídricos, mas que serão sentidos mais intensamente no ano de 2027.

Intervenções da plenária: perspectivas da sociedade civil

Neste momento, os representantes da sociedade civil apresentam suas manifestações.

O **MTST** destaca o papel dos movimentos sociais no diálogo e na proposição de soluções, além das dificuldades de diálogo com os governos locais. O Fórum de Participação Social deve ser a sala de emergência da sociedade civil para encaminhamentos ágeis no enfrentamento de calamidades.

A **FGEPS-RS** o governo federal já está se preparando para os impactos, já como uma resposta aos acontecimentos vividos em 2024. Entretanto, destaca que estamos enfrentando as consequências, e não discutindo os problemas de fato. Só vamos conseguir melhor qualidade e segurança se mudarmos o modelo de desenvolvimento.

O **MNLM** reivindica maior participação direta dos movimentos sociais no Conselho das Cidades, e demais conselhos, nos decretos de repasse de recursos e fiscalização, e propõe que o MCMV-Entidades seja ampliado na próxima gestão.

O **MAB** e o **CMP** também fizeram manifestações.

Governo federal apresenta ações de enfrentamento ao fenômeno

A reunião teve continuidade com as falas das representações de governo presentes. O encontro teve sequência com o bloco de apresentações do governo federal sobre suas frentes de atuação diante do El Niño.

O Ministério das Cidades, pela **Secretaria Nacional de Periferias (SNP)** informou sobre os 200 Planos Municipais de redução de risco nas periferias, sendo que no RS são 5 municípios com planos. Afirmou ainda ações do PAC Encosta, com recursos no RS.

A **Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC)**, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional demonstrou como o município pode se preparar diante das previsões de impactos do El Niño na região sul. Também destacou as atividades de capacitação e como o governo federal apoia os municípios e o Estado por meio de ações de preparação, principalmente no enfrentamento de inundações.

O **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDA**, informou sobre o Protocolo de Ação SUAS e o cofinanciamento federal em emergências e calamidades. O FORSUAS trata de proteção social em emergências. Destacou o CADÚnico, o Bolsa Família e, após as enchentes no RS, foi criado um Comitê de Calamidades e Emergências Públicas, com protocolo de atendimento à população em situação de vulnerabilidade diante das emergências de calamidade; para o El Niño um Gabinete Extraordinário, com ações voltadas às respostas; proteção social por meio Sistema Único de Assistência Social, atendimento às famílias em situação de

vulnerabilidade e desabrigadas com abrigamentos, acolhidas, equipe pós-SUAS; ação na área da segurança alimentar e nutricional, cozinhas solidárias e o PAA.

O Ministério da Igualdade Racial – MIR, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar MDA, o MPI / FUNAI, o MMA / ICMBio / IBAMA e a CONAB também tiveram participação.

Diálogo em grupos traz as urgências do território amazônico

O debate em grupos destacou os impactos crescentes do fenômeno El Niño na região sul, sobretudo a partir das vivências da calamidade ocorrida em 2024. Foram apontadas necessidades de fortalecimento das políticas públicas, da governança climática e do apoio direto às populações mais vulneráveis.

Os temas levantados que precisam ser enfrentados: Burocracia em emergências; Racismo ambiental; Preconceito contra povos ciganos e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) nos abrigos; Comunicação; Empoderamento das comunidades; Controle social.

Principais Impactos Identificados:

Regularização Territorial e Vulnerabilidade Social: necessidade de avançar na regularização territorial dos territórios quilombolas; destacou-se que a ausência de regularização fundiária dos territórios tradicionais amplia a vulnerabilidade das comunidades frente aos eventos climáticos extremos.

Infraestrutura e Mobilidade: problemas relacionados às vias de acesso e estradas; dificuldades de deslocamento para comunidades localizadas em áreas rurais e isoladas; existência de moradias precárias em diversos territórios.

Povos e Comunidades Tradicionais: preocupação com a insuficiente implementação de políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais; necessidade de garantir que recursos, programas e ações governamentais alcancem efetivamente os territórios.

Agricultura Familiar e Produção Sustentável: importância de assegurar mecanismos de fomento à agricultura familiar; necessidade de fortalecer sistemas produtivos resilientes diante das mudanças climáticas; reconhecimento da agroecologia como estratégia relevante para adaptação e enfrentamento dos impactos climáticos.

Comunicação e Gestão de Riscos: desenvolvimento da literacia de riscos junto às comunidades; aprimoramento da comunicação de riscos e desastres; fortalecimento das ações de preparação e participação social; implementação de mecanismos de comunicação direta e eficiente com pessoas em situação de vulnerabilidade. **Questões levantadas:** como garantir que a população tenha acesso às informações de forma simples e acessível?; quais canais de comunicação são mais eficazes para alcançar as

comunidades?; como utilizar celulares, redes comunitárias e agentes locais para ampliar a disseminação das informações?

Governança e Participação Social: os planos de contingência frequentemente não são elaborados de forma participativa; necessidade de ampliar os espaços de participação social no planejamento e na gestão de riscos; importância do fortalecimento do protagonismo comunitário na prevenção e resposta a desastres.

Situação das Famílias Afetadas: foi registrada preocupação com a situação das famílias atingidas por eventos extremos, destacando-se a percepção de que muitas permanecem desassistidas ou com acompanhamento insuficiente após os impactos iniciais.

Propostas e Recomendações

- Avançar na regularização fundiária e territorial de comunidades tradicionais e quilombolas.
- Melhorar a infraestrutura de acesso, especialmente estradas e rotas de circulação.
- Fortalecer políticas de comunicação de riscos e educação para desastres.
- Garantir mecanismos de comunicação direta com populações vulneráveis.
- Ampliar o acesso de agricultores familiares e povos tradicionais aos recursos de fomento.
- Promover ações voltadas para mudanças nos padrões de consumo e nos sistemas de produção.
- Valorizar experiências locais já desenvolvidas por organizações comunitárias e iniciativas de agroecologia.
- Fomentar a formação de núcleos populares para prevenção, monitoramento e resposta a desastres.
- Tornar os planos de contingência mais participativos e inclusivos.
- Assegurar acompanhamento contínuo às famílias impactadas por eventos climáticos extremos.
- Fortalecer a participação e o controle social nos processos de gestão de riscos e resposta a emergências.
- Ampliar a articulação e a coordenação entre os ministérios e demais órgãos governamentais.
- Realizar a aquisição antecipada de materiais e insumos estratégicos para atendimento em situações emergenciais.
- Fortalecer as estratégias de comunicação com a população e os grupos mais vulneráveis.
- Desenvolver ações de enfrentamento ao racismo ambiental e a outras formas de discriminação em contextos de emergência e acolhimento.

Documentos e reivindicações entregues no evento

1 – Manifestação do Comitê Técnico de Análise Crítica do EIA-RIMA do Projeto Natureza (CMPC).

Trata-se de carta encaminhada pelo Comitê Técnico de Análise Crítica do EIA-RIMA do Projeto Natureza, acompanhada por entidades da sociedade civil, na qual são apresentadas preocupações relacionadas ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento denominado Projeto Natureza, a ser implantado no município de Barra do Ribeiro/RS.

Os signatários sustentam a existência de pendências técnicas, ambientais, sociais e jurídicas ainda não suficientemente esclarecidas no âmbito do licenciamento, destacando possíveis impactos sobre os recursos hídricos do Guaíba, a biodiversidade regional, a atividade pesqueira, comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como potenciais repercussões socioeconômicas para a região.

A manifestação tem como objetivo principal requerer cautela por parte do Governo Federal quanto ao apoio e à implementação do Projeto Natureza, defendendo que quaisquer decisões relativas ao empreendimento sejam precedidas da conclusão das análises técnicas, ambientais, sociais e jurídicas em curso, bem como da adequada participação das populações potencialmente afetadas.

2 - O Fórum Social das Periferias de Porto Alegre - FSPPA

O documento defende a criação de uma **Rede Protetiva Comunitária para Porto Alegre**, baseada em três prioridades centrais: **prevenção e preparação para desastres climáticos, fortalecimento da proteção social às populações vulneráveis e participação ativa das comunidades na gestão das políticas socioambientais**. A proposta busca aumentar a resiliência dos territórios diante da crise climática e garantir justiça social para os grupos mais afetados.

3 – Atingidos e atingidas em luta pela garantida de direitos: ação da Cidadania, Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), Periferia Feminista, Cáritas Brasileira Regional RS, Amigas da Terra Brasil, Sindicato dos Petroleiros RS (SINDIPETRO).

O documento reivindica que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul reconheça plenamente os atingidos pela crise climática e implemente uma política permanente baseada em quatro pilares: **reconhecimento dos atingidos, moradia e reconstrução digna, proteção social e segurança alimentar e participação popular na reconstrução dos territórios**, com recursos públicos e estrutura institucional dedicados a esse público

4 – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O documento busca garantir uma reconstrução baseada em **moradia adequada, infraestrutura de proteção contra enchentes, segurança alimentar, acesso à água e**

energia, reconstrução dos serviços públicos de saúde e educação e participação direta dos atingidos nas decisões governamentais, com forte ênfase na reparação dos danos causados pelas enchentes e na prevenção de novos desastres.

5 - Protocolo Municipal de Salvaguarda Climática da Cultura Viva - RS

A proposta busca reconhecer os Pontos e Pontões de Cultura como parte da infraestrutura comunitária essencial de Porto Alegre, criando uma rede permanente de proteção climática. Seus principais eixos são: **mapeamento de riscos, proteção de espaços e acervos culturais, capacitação comunitária, articulação territorial, fortalecimento das redes de solidariedade e financiamento de ações de adaptação climática**, visando aumentar a resiliência das comunidades culturais frente a desastres ambientais.

Síntese Final

A discussão evidenciou que os impactos do El Niño agravam vulnerabilidades históricas relacionadas à regularização territorial, infraestrutura precária, dificuldades de comunicação e acesso a políticas públicas. Os participantes enfatizaram a necessidade de fortalecer a participação social, ampliar o apoio à agricultura familiar e aos povos e comunidades tradicionais, melhorar os mecanismos de comunicação de riscos e promover estratégias de adaptação baseadas na agroecologia e na atuação comunitária.